



Simulado Especial

PC PA

Treinamento difícil.

Combate fácil.

Cargo: Investigador

Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado Polícia – PC-PA (Investigador)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas em concursos da Polícia Civil;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos editais dos concursos da área;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora AOCP, com questões de múltipla escolha A, B, C, D, E.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <http://bit.ly/Simulado-PC-PA-Investigador-27-03>

01 – A B C D E
02 – A B C D E
03 – A B C D E
04 – A B C D E
05 – A B C D E
06 – A B C D E
07 – A B C D E
08 – A B C D E
09 – A B C D E
10 – A B C D E
11 – A B C D E
12 – A B C D E
13 – A B C D E
14 – A B C D E
15 – A B C D E
16 – A B C D E
17 – A B C D E
18 – A B C D E
19 – A B C D E
20 – A B C D E

21 – A B C D E
22 – A B C D E
23 – A B C D E
24 – A B C D E
25 – A B C D E
26 – A B C D E
27 – A B C D E
28 – A B C D E
29 – A B C D E
30 – A B C D E
31 – A B C D E
32 – A B C D E
33 – A B C D E
34 – A B C D E
35 – A B C D E
36 – A B C D E
37 – A B C D E
38 – A B C D E
39 – A B C D E
40 – A B C D E

41 – A B C D E
42 – A B C D E
43 – A B C D E
44 – A B C D E
45 – A B C D E
46 – A B C D E
47 – A B C D E
48 – A B C D E
49 – A B C D E
50 – A B C D E
51 – A B C D E
52 – A B C D E
53 – A B C D E
54 – A B C D E
55 – A B C D E
56 – A B C D E
57 – A B C D E
58 – A B C D E
59 – A B C D E
60 – A B C D E

PORTUGUÊS

Adriana Figueiredo

TEXTO I - A OCDE E O DIREITO BRASILEIRO**A importação de leis sem a devida adaptação pode causar problemas graves**

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou, no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTA), um subgrupo para o monitoramento do combate à corrupção no Brasil. Inédita na história da entidade, a medida seria motivada pela baixa implementação, por parte do Brasil, das recomendações contra corrupção feitas pela OCDE.

“Em outubro de 2016, elogiamos o Brasil pelo progresso na implementação de nossas recomendações. Já em 2019 nossas sérias preocupações começaram e ainda não desapareceram”, disse o presidente do GTA, Drago Kos, ao jornal *Valor*.

No mundo globalizado, o crime também rompeu os limites territoriais nacionais, exigindo uma atuação coordenada por parte da comunidade internacional. Embora seja louvável o esforço da OCDE no combate à corrupção e ao financiamento de atividades criminosas, como o terrorismo e o tráfico de drogas, é preciso especial cuidado nesse trabalho de incorporar recomendações internacionais à legislação pátria, uma vez que cada país tem um sistema jurídico, com princípios e regras próprios, dentro de uma cultura jurídica específica. Muitas recomendações feitas por organismos internacionais baseiam-se em regimes jurídicos muito diferentes dos do Brasil. A importação de tais propostas sem a devida adaptação pode causar problemas graves.

Faz-se uma observação. Fala-se em “recomendações” dos organismos internacionais. Mas essas orientações são muito mais do que meras sugestões de aprimoramento legislativo. Há uma forte pressão por parte desses organismos para que os países adotem as medidas propostas. Basta ver a criação desse subgrupo na OCDE para o monitoramento da corrupção no Brasil. Além disso, a não implementação das recomendações conduz, muitas vezes, a sanções e a restrições em diversas esferas.

Ante a realidade interconectada do mundo atual, seria ingênuo – e altamente custoso para a economia do País – ignorar as demandas dos organismos internacionais relativas a mudanças da legislação nacional. Mas isso não significa importar, sem o devido critério, leis redigidas em outro contexto jurídico.

Além da possibilidade de danosos efeitos colaterais, mecanismos e institutos criados em um sistema jurídico e aplicados noutro diferente não geram as consequências positivas originalmente previstas. Sem a devida adaptação, a recomendação – que podia fazer todo o

sentido em seu local de origem – pode ser totalmente desvirtuada.

Essa deformação não é uma hipótese teórica. Pode ser observada em várias importações de legislação realizadas nos últimos anos, em especial no que se refere a matérias penal e processual penal. Veja-se, por exemplo, a trajetória da lei relativa ao crime de lavagem de dinheiro.

(O Estado de São Paulo. Disponível em <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-ocde-e-o-direito-brasileiro,70003654778>. Acessado em: 21/03/2021. Adaptado)

01. Analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I - O texto I, que se enquadra no tipo dissertativo, tem como tese central a necessidade de adaptação de dispositivos legais internacionais ao sistema jurídico nacional.

II - O trecho "com princípios e regras próprios" (3º parágrafo), pela possibilidade de concordância atrativa, poderia ser reescrito sem alteração de sentido ou incorreção gramatical da seguinte forma: "com princípios e regras próprias".

III - O autor utiliza a criação de um subgrupo para o monitoramento do combate à corrupção no Brasil para embasar seu argumento de que as orientações legais de entidades internacionais extrapolam o limite da mera recomendação.

- a) I, II e III
- b) Apenas II e III
- c) Apenas I e III
- d) Apenas I
- e) Apenas III

02. Em " **Embora** seja louvável o esforço da OCDE no combate à corrupção e ao financiamento de atividades criminosas, [...], **uma vez que** cada país tem um sistema jurídico, com princípios e regras próprios, dentro de uma cultura jurídica específica" (3º parágrafo), os conectivos em destaque indicam, respectivamente, ideias de

- a) concessão e consequência
- b) conclusão e explicação
- c) concessão e condição
- d) oposição e causa
- e) concessão e explicação

03. Em “Faz-se uma observação. Fala-se em “recomendações” dos organismos internacionais” (4º parágrafo), no Texto 1, qual é, respectivamente, a classificação morfosintática da partícula “se”?

- a) Partícula apassivadora e índice de indeterminação do sujeito
- b) Índice de indeterminação do sujeito e parte integrante do verbo
- c) Partícula apassivadora e parte integrante do verbo
- d) Partícula apassivadora e pronome reflexivo
- e) Índice de indeterminação do sujeito e partícula apassivadora

04. Assinale a alternativa que apresenta o motivo pelo qual a vírgula foi utilizada no trecho “A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) criou, no âmbito do Grupo de Trabalho Anticorrupção (GTA), um subgrupo para...” (1º parágrafo).

- a) Separar orações coordenadas, ou seja, orações que possuem sentido completo, sendo independentes sintaticamente.
- b) Isolar um trecho que exerce a função de aposto explicativo
- c) Separar uma oração subordinada intercalada.
- d) Isolar um adjunto adverbial deslocado.
- e) Marcar a elipse de um termo que pode ser facilmente subentendido.

05. Em relação ao trecho “a não implementação das recomendações conduz, muitas vezes, a sanções e a restrições em diversas esferas” (4º parágrafo), assinale a alternativa correta.

- a) Os artigos femininos “a” que antecedem *sanções* e *restrições* poderiam ser corretamente suprimidos.
- b) O verbo *conduzir* nesse contexto é transitivo indireto; portanto, a ausência de acento indicativo de crase indica que o complemento desse verbo não está determinado.
- c) O trecho “das recomendações” exerce a função sintática de adjunto adnominal.
- d) A troca da forma verbal *conduz* por *implica* não prejudicaria a correção gramatical.
- e) A reescrita a seguir não alteraria o sentido do trecho: às sanções e às restrições em diversas esferas.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Jhoni Zini

06. Assinale a alternativa que contém uma sentença que representa uma proposição lógica.

- a) Bom dia!
- b) Ele é um advogado talentoso
- c) $x + 3 = 5$
- d) Sendo x e y números inteiros, então $x - y$ também é um número inteiro.
- e) Eu estou mentindo.

07. Considere a seguinte proposição:

“Se Pedro mora em São Paulo, então não torce para o Corinthians”.

Assinale a alternativa que apresenta uma proposição equivalente.

- a) Se Pedro não mora em São Paulo, então ele não torce para o Corinthians.
- b) Se Pedro não mora em São Paulo, então ele torce para o Corinthians.
- c) Ou Pedro Não mora em São Paulo ou não torce para o Corinthians.
- d) Se Pedro não torce para o Corinthians, então mora em São Paulo.
- e) Pedro não mora em São Paulo ou não torce para o Corinthians.

08. Considere a proposição “Se os sindicatos perdem força ou fazem conchavo com o governo, então as categorias perdem poder de negociação”. Nesse caso, a quantidade de linhas da tabela verdade é igual a:

- a) 2
- b) 4
- c) 8
- d) 16
- e) 32

09. Considere a seguinte proposição condicional:

“Se não faço atividade física, então minha saúde é frágil.”

Por definição, a negação dessa proposição condicional será dada por

- a) Se faço atividade física, então minha saúde não é frágil.
- b) Se não faço atividade física, então minha saúde é frágil.
- c) se minha saúde não é frágil, então não faço atividade física.
- d) Não faço atividade física e minha saúde é frágil.
- e) Não faço atividade física e minha saúde não é frágil.

10. Pedro disse aos seus alunos: “Todos que acertarem as 5 questões serão aprovados”.

Pedro cumpriu sua promessa e João é um dos seus alunos.

Pode-se deduzir logicamente que:

- a) Se João foi aprovado, então ele acertou pelo menos uma das cinco questões;
- b) Se João foi aprovado, então ele acertou as cinco questões;
- c) Se João não foi aprovado, então ele não acertou pelo menos uma das cinco questões;
- d) Se João não foi aprovado, então ele não acertou nenhuma das cinco questões;
- e) Se João não acertou pelo menos uma das cinco questões, então ele não foi aprovado.

INFORMÁTICA

Ranielison Passos

11. Em relação ao Sistema Operacional Windows 10, configuração padrão e idioma português, julgue as afirmativas abaixo considerando as teclas de atalho.

- I. F6 é utilizado para renomear o item selecionado.
- II. Ctrl+Esc é utilizado para abrir o gerenciador de tarefas.
- III. Alt+Enter é utilizado para exibir as propriedades do item selecionado.

Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) II e III.
- e) I, II e III

12. Durante a utilização de um sistema de Correio Eletrônico um usuário interrompe o processo de edição de um e-mail, ou seja, ainda não foi enviado nem finalizado, sendo assim, esse e-mail ficará à disposição do usuário na pasta:

- a) Caixa de Entrada
- b) Itens Enviados
- c) Lixo Eletrônico
- d) RSS Feeds
- e) Rascunhos

CONHECIMENTOS SOBRE O ESTADO DO PARÁ

Sérgio Henrique

13. Em junho de 2019, a Comissão Europeia e os países do Mercosul concordaram com um acordo comercial (ACMUE) que, uma vez ratificado pelos países participantes, deverá aumentar o comércio de produtos agrícolas entre as duas regiões. O acordo comercial eliminará 93% das tarifas dos produtos do Mercosul para a União Europeia (UE), beneficiando notadamente produtos agrícolas, incluindo carne bovina e soja.

Preocupações têm sido levantadas com frequência sobre o risco de aumento do desmatamento na região do Mercosul – especialmente na Amazônia brasileira. Tais preocupações são pertinentes, uma vez que uma análise realizada em 189 países, de 2001 a 2012, mostra que o desmatamento aumentou significativamente ao longo dos três anos após a promulgação de acordos de livre comércio (Abman & Lundberg 2020). No entanto, os proponentes do ACMUE têm argumentado que o risco de desmatamento poderia ser mitigado devido às disposições de seu Capítulo de Comércio e Desenvolvimento Sustentável e às recomendações fornecidas pela Avaliação de Impacto da Sustentabilidade.

amazon.org.br

a) o aumento da produção industrial e do uso de tecnologia no processo de desmatamento são os fatores responsáveis pelo aumento dos indicadores referentes ao desmatamento na região. As Unidades de Conservação no sul do Pará sofrem os impactos das grandes obras de construção civil e infraestrutura, como as usinas hidrelétricas, as rodovias, as ferrovias e o avanço da fronteira agrícola.

b) o aumento dos desmatamentos está relacionado à expansão da agropecuária, uma das atividades mais recentes dentre as desenvolvidas na região nos últimos anos, que suplantou o garimpo, que é permitido nas unidades de conservação se constar no zoneamento, como é o caso dos garimpos da Flona Itaituba e a APA Tapajós, partes de uma reserva garimpeira.

c) o aumento dos desmatamentos está associado à expansão da fronteira agrícola e das áreas de plantations, fato que pode ser agravado com o

aumento da produção de commodities agropecuárias para a exportação para a U.E. A Flona Jamanxim e a Rebio do Cachimbo são unidades de conservação afetadas na região de Altamira e Novo Progresso, onde ocorrem atividades de garimpo ilegal nas Terras Indígenas Munduruku, em Novo Progresso e Itaituba.

d) o aumento dos desmatamentos está associado à expansão do cultivo da soja, fato que pode ser reduzido com a produção de dendê, matéria-prima para produção de biocombustíveis na região. A produção de commodities ajuda a compreendermos a baixa arrecadação fiscal do estado do Pará, que influencia diretamente na capacidade de investimentos estatais em segurança.

e) o aumento dos desmatamentos está associado ao crescimento das grandes cidades e ao processo de migração constantes na região, sobretudo pelo aumento dos investimentos no campo do turismo. A Região Metropolitana de Belém-RMB é a região mais violenta do estado e corresponde à I Região Integrada de Segurança Pública.

14. Sobre a resolução nº 185, de 19 fevereiro de 2012

I. Estabeleceu as RISP – Regiões integradas de segurança pública, para harmonizar e tornar mais eficientes as ações dos órgãos de segurança pública.

II. A principal ação foi tornar coincidentes as circunscrições dos órgãos de segurança Pública.

III. De acordo com a Resolução 185/2012 do Consep, 1ª A 1ª RISP – Região da Capital – englobará o Município de Belém, seus distritos e ilhas e a 2ª RISP – Região Metropolitana de Belém – englobará os Municípios de Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara do Pará.

IV. Durante o isolamento social ocorreu o aumento da violência contra a mulher e de crimes contra vulneráveis. Os roubos, os assaltos e os assassinatos no trânsito diminuíram.

V. Entre as razões da violência no Pará, podemos citar os problemas ligados à urbanização acelerada e aos conflitos relacionados à grilagem de terras e ao

garimpo ilegal. As grandes facções criminosas são cada vez mais influentes dentro dos presídios e nas áreas de grandes aglomerados subnormais. Há muitas áreas de fragilidade social, potencialmente violentas.

Estão corretos os itens:

- a) nenhuma alternativa é referente à resolução 185/2012
- b) somente a III está errada.
- c) somente a I e II estão corretas.
- d) somente a IV e V estão erradas.
- e) Todas estão corretas.

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

15. Em um órgão público com 1000 servidores, 40% são paraenses. O quadro de servidores é formado por 480 homens, sendo que 200 mulheres não são paraenses. Escolhendo aleatoriamente 1 servidor dessa empresa e verificando que é homem, a probabilidade de ele NÃO ser paraense é igual a

- a) 1/3.
- b) 31/48.
- c) 5/6.
- d) 3/11.
- e) 7/8.

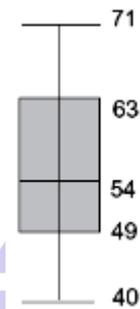
16. O Estratégia concursos emprega vários funcionários distribuídos por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Ambos os gráficos abaixo mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da empresa.



Julgue os itens seguintes:

A análise dos gráficos permite concluir corretamente que o total de funcionários do Estratégia Concursos que trabalham no setor de vendas é igual a:

- a) 580
- b) 600
- c) 620
- d) 640
- e) 650



17. O Box plot acima mostra a distribuição dos pesos, de um grande número de adolescentes. Escolhida aleatoriamente um desses adolescentes, a porcentagem de estudantes cujo peso está entre 54 kg e 63 kg é:

- a) 0,15
- b) 0,25
- c) 0,35
- d) 0,50
- e) 0,75

18. Maria Bu almoça diariamente no restaurante ESTRATÉGIA FOOD. A comida é feita de forma aleatória por um dos três cozinheiros que lá trabalham:

- 1) 40% das vezes a sopa é feita por Silvio Sande;
- 2) 40% das vezes por Carlos Henrique
- 3) 20% das vezes por Renato da Costa
- 4) Silvio Sande salga demais a comida 10% das vezes,
- 5) Carlos Henrique o faz em 5% das vezes
- 6) Renato da Costa 20% das vezes.

Como de costume, um dia qualquer Maria Bu pede o almoço e, ao experimentá-lo, verifica que está salgado demais. A probabilidade de que esse almoço tenha sido feito por Carlos Henrique é igual a

- a) 0,15.
- b) 0,25.
- c) 0,30.
- d) 0,20.
- e) 0,40.

19 - Uma empresa que possui 5 máquinas copadoras registrou em cada uma delas no último mês (em 1.000 unidades): 20, 23, 25, 27 e 30 cópias, respectivamente. O valor da variância desta população é:

- a) 5
- b) 11,6
- c) 14,5
- d) 20
- e) 25

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

20. Assinale a alternativa correta acerca do Estatuto dos servidores públicos civis do Estado do Pará (Lei 5.810/1994):

- a) haverá posse nos casos de provimento por meio de nomeação e promoção.
- b) A posse ocorrerá, em regra, no prazo de 30 dias, contados da publicação do ato de provimento no Diário Oficial do Estado.
- c) O exercício do cargo terá início dentro do prazo de 15 dias, contado da data da posse, no caso de nomeação.
- d) A promoção por antiguidade dar-se-á pela progressão à referência imediatamente superior, observado o interstício de 1 ano de efetivo exercício.
- e) Readaptação é o reingresso, no serviço público, do servidor em disponibilidade, em cargo de natureza e padrão de vencimento correspondente ao que ocupava.

21. Assinale a situação na qual NÃO incide a responsabilidade civil objetiva prevista na Constituição Federal:

- a) prejuízo decorrente de omissão do poder público em que houve descumprimento de dever específico legalmente atribuído.
- b) dano causado a particular por agente pertencente à polícia civil de determinado estado da federação no exercício de suas funções.
- c) dano decorrente da atuação de empresa estatal prestadora de serviço público.
- d) dano causado a particular por agente público atuando fora de suas atribuições.
- e) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a uma autarquia estadual, no exercício de suas funções.

22. Trata-se de modalidade licitatória destinada à venda de bens a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação:

- a) concorrência.
- b) tomada de preços.
- c) concurso.
- d) convite.
- e) leilão.

23. No que se refere aos elementos do ato administrativo, é correto afirmar que :

- a) competência diz respeito à pessoa a que se destinam os efeitos jurídicos produzidos pelo ato administrativo.
- b) finalidade consiste nos pressupostos jurídicos que ensejaram a prática do ato.
- c) forma diz respeito a evento futuro e incerto a que se subordinam os efeitos do ato administrativo.
- d) motivo compreende exclusivamente os pressupostos de fato que ensejaram a prática do ato administrativo.
- e) objeto representa o próprio conteúdo do ato administrativo.

24. A extinção de um ato pela superveniência de norma jurídica tornando inadmissível a situação sob a qual o ato foi praticado é denominada:

- a) revogação.
- b) cassação.
- c) anulação.
- d) caducidade.
- e) convalidação.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

25. Acerca das disposições constitucionais dos direitos individuais, assinale a alternativa incorreta.

- a) Uma das implicações da proteção ao direito à vida dos cidadãos é a previsão expressa de proibição de pena de morte no Brasil em qualquer situação.
- b) O direito à liberdade inclui a liberdade de manifestação do pensamento, porém, a CF/88 veda expressamente o anonimato.
- c) A CF/88 estabelece tratamento igualitário entre homens e mulheres, tanto formal quanto material, em seus dispositivos.
- d) A CF/88 autoriza, dentre outras hipóteses, o ingresso na casa sem consentimento do morador durante o dia, mediante ordem judicial.
- e) É garantido o direito de propriedade, todavia, a propriedade deve atender a sua função social.

26. De acordo com a Constituição Federal de 1988, quais dos seguintes cargos não são privativos de brasileiros natos?

- a) Presidente e Vice-Presidente da República.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Presidente da Câmara e o Vice-presidente da Câmara.
- d) Ministro de Estado da Defesa.
- e) Ministro do Supremo Tribunal Federal.

27. A respeito da Segurança Pública e de sua organização, assinale a alternativa correta:

- a) À Polícia Federal, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.
- b) No âmbito estadual, compete às polícias civis a investigação e a apuração de infrações penais, exceto as militares e as de competência da polícia federal.
- c) As polícias civis são dirigidas pelos Governadores dos Estados.
- d) Na hipótese da ocorrência de crime contra o patrimônio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, compete à Polícia Civil apurar a infração penal.
- e) Os municípios poderão constituir Guarda Municipal destinada à apuração de infrações penais, bem como para a proteção de seus bens, serviços e instalações.

28. Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

29. Sobre o direito ao Meio Ambiente, previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Classifica-se como direito fundamental de 2ª geração.
- b) É bem de uso comum do povo, dessa forma os bens ambientais devem ser garantidos de forma gratuita.
- c) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- d) Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental nas escolas públicas de ensino fundamental;
- e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a caatinga e o cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

30. A necessidade de que a criminalização de determinada conduta e a cominação da respectiva pena sejam realizadas por meio de lei em sentido formal se amolda mais precisamente ao conceito jurídico do princípio:

- a) da reserva legal
- b) da anterioridade
- c) da ofensividade
- d) da intranscendência da pena
- e) da humanidade da pena

31. Situação hipotética: José praticou determinado delito, para o qual era prevista pena de reclusão de 01 a 04 anos. José foi condenado à pena mínima (01 ano de reclusão), bem como foi obrigado a indenizar a vítima em R\$ 5.000,00, em razão dos danos causados pela infração. Durante o cumprimento da pena, sobreveio nova lei penal descriminalizando a conduta praticada por José.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de José, fazendo cessar a pena e os demais efeitos penais e extrapenais da condenação
- b) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de José, fazendo cessar a pena, mas não os demais efeitos penais e extrapenais da condenação
- c) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de José, fazendo cessar a pena e os efeitos penais da condenação, não afetando os efeitos extrapenais, de forma que José ainda terá que indenizar a vítima
- d) A nova lei penal será aplicada retroativamente em favor de José, como causa de redução de pena
- e) A nova lei penal não será aplicada retroativamente em favor de José

32. José, servidor público, praticou o crime de peculato-apropriação, tendo se apropriado de alguns bens públicos dos quais tinha a posse em razão do cargo. Antes do recebimento da denúncia, porém, José, por ato voluntário, restituiu os bens apropriados, reparando assim o dano causado.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) arrependimento eficaz, e José fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços
- b) arrependimento posterior, e José fará jus a uma causa de diminuição de pena de um terço a dois terços
- c) causa de extinção da punibilidade em favor de José
- d) desistência voluntária, de forma que José terá sua pena reduzida de um a dois terços
- e) crime consumado, sem redução de pena

33. Maria, 19 anos, descobriu estar grávida, já com 05 meses de gestação. Como ainda morava com os pais, pessoas muito conservadoras e severas, Maria decidiu interromper a gravidez. Para tanto, fez algumas pesquisas na internet e encontrou uma suposta bebida que teria propriedades abortivas, feita à base de raízes e ervas. Maria adquiriu a bebida e a ingeriu. Passados alguns dias, percebendo não ter ocorrido o aborto, Maria fez uma pesquisa mais detalhada e concluiu que havia sido enganada, pois a referida bebida não seria capaz de provocar aborto, fato este confirmado posteriormente por um médico, amigo da família.

Nesse caso, a conduta de Maria configura:

- a) tentativa inidônea, pela absoluta ineficácia do meio
- b) crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto
- c) autoaborto tentado, de forma que Maria terá uma redução de pena de um a dois terços
- d) autoaborto consumado, pois se trata de crime formal
- e) fato acobertado por excludente de ilicitude

34. Ao realizarem abordagem de rotina, policiais militares solicitaram a um condutor a apresentação dos documentos necessários (CNH e CRLV). Após desconfiarem do nervosismo do condutor, os policiais realizaram busca no veículo, tendo encontrado grande quantidade de cocaína, motivo pelo qual deram voz de prisão ao condutor. Como o condutor resistiu à prisão, os policiais foram obrigados a fazer uso moderado da força, contendo-o, o que provocou pequenas escoriações nos braços do preso.

Nesse caso, a conduta dos policiais configura:

- a) crime de lesão corporal leve
- b) fato abarcado pela excludente de culpabilidade da inexigibilidade de conduta diversa
- c) fato abarcado pela excludente de ilicitude do exercício regular de direito
- d) fato abarcado pela excludente de ilicitude da legítima defesa
- e) fato abarcado pela excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal

35. José e Maria foram casados por mais de 10 anos. Todavia, após diversos desentendimentos por conta do ciúme doentio do marido, Maria pediu o divórcio. Inconformado, José passou a perseguir Maria, o que levou a vítima a registrar ocorrência e solicitar medida protetiva de urgência de proibição de aproximação (art. 22, III, a da Lei 11.340/06), o que foi deferido pelo Juízo. Certo dia, José, descumprindo a medida imposta, compareceu na casa de Maria e, após uma severa discussão com a ex-esposa, que se negou a reatar a relação, José desferiu 03 tiros no rosto da vítima, que veio a óbito.

Nesse caso, no que tange à morte da vítima, José praticou crime de:

- a) homicídio simples
- b) homicídio qualificado pelo feminicídio, sem majoração da pena
- c) lesão corporal seguida de morte
- d) homicídio majorado pelo feminicídio
- e) homicídio qualificado pelo feminicídio, com pena aumentada de um terço à metade

36. Nos termos do que dispõe o Código Penal, ocorrerá lesão corporal grave na hipótese de, como consequência da lesão causada, sobrevir à vítima:

- a) enfermidade incurável
- b) aborto
- c) incapacidade permanente para o trabalho
- d) perigo de vida
- e) deformidade permanente

37. Certo dia, José compareceu à casa de Maria e, do lado de fora, interrompeu o fornecimento do sinal de TV a cabo. Ato contínuo, José, devidamente uniformizado, bateu à porta e informou a Maria que estava ali para realizar os reparos necessários no receptor de sinal da TV a cabo. Maria, considerando as circunstâncias, acabou por permitir a entrada de José, que não trabalha nem tem qualquer vínculo com a empresa fornecedora do sinal de tv a cabo. Já dentro da casa, Maria deixou José à vontade e voltou para a cozinha, para preparar o almoço. José, então, aproveitando-se da distração da vítima, subtraiu um *tablet* que estava sobre a estante da sala.

Após, José se despediu de Maria e foi embora, levando consigo o objeto subtraído.

Nesse caso, a conduta de José configura:

- a) estelionato
- b) furto mediante fraude
- c) furto simples
- d) roubo próprio
- e) roubo impróprio

38. Ronaldo, investigador da PCPA, solicitou a Pedro, investigado em determinado inquérito policial, a quantia de R\$ 10.000,00, a fim de esconder algumas provas, dificultando o indiciamento de Pedro. Pedro, porém, não realizou o pagamento e comunicou o fato à corregedoria da PCPA.

Nesse caso, a conduta de Ronaldo configura:

- a) corrupção passiva privilegiada
- b) corrupção passiva tentada
- c) corrupção passiva consumada
- d) concussão tentada
- e) concussão consumada

39. Marcelo contou a seu pai, Ary, que pretendia furtar uma residência, e pediu ao pai o empréstimo de sua motocicleta, para que pudesse fugir mais rapidamente do local, evitando uma eventual prisão em flagrante. Ary empresta a moto ao filho, mesmo sabendo do intento criminoso. Marcelo, então realiza o furto, foge

utilizando a moto emprestada pelo pai e posteriormente a devolve.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Ary configura:

- a) participação no crime de furto praticado por Marcelo
- b) favorecimento pessoal, sem isenção de pena
- c) favorecimento pessoal, com isenção de pena em razão do parentesco
- d) favorecimento real, sem isenção de pena
- e) favorecimento real, com isenção de pena em razão do parentesco

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

40. Relativamente aos princípios processuais penais, é correto afirmar que:

- a) o princípio da vedação de provas ilícitas não é absoluto, sendo admissível que uma prova ilícita seja utilizada quando é a única disponível para condenar o acusado.
- b) o princípio do devido processo legal preceitua que ninguém será considerado culpado até a exarcação da sentença condenatória.
- c) o princípio do duplo grau de jurisdição, está expressamente previsto na Constituição Federal, e assegura a todos os acusados a revisão da sentença condenatória.
- d) a Carta Magna dispõe que: "Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente", disposição consagrada pelo princípio do juiz natural.
- e) a defesa técnica em processo penal, por ser garantia exclusiva do acusado, pode ser por ele renunciada, desde que haja expressa manifestação de vontade homologada pelo juiz competente.

41. No que diz respeito à aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o processo penal rege-se pelo Código de Processo Penal, em todo o território brasileiro ressalvados, os tratados, as convenções e regras de direito internacional.
- b) a lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.
- c) a lei processual penal aplica-se imediatamente, sem prejuízo da validade dos atos já realizados sob a vigência da lei anterior.
- d) a legislação brasileira segue o princípio da territorialidade absoluta para a aplicação das normas processuais penais.
- e) à lei puramente processual penal aplicam-se os princípios da irretroatividade da lei prejudicial ao réu e da retroatividade da lei benéfica.

42. A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública for condicionada à representação, poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

43. Sobre a ação penal, é correto afirmar:

- a) ao ofendido, ou a quem tenha qualidade para representá-lo, caberá intentar a ação penal pública que dependa de representação do ofendido.
- b) o prazo para oferecimento da denúncia, estando o réu preso, será de 5 dias, contado da data em que o órgão do Ministério Público receber os autos do inquérito policial, e de 15 dias, se o réu estiver solto ou afiançado.
- c) Quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 60 dias seguidos a ação será considerada perempta.
- d) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeito em relação ao que o recusar.
- e) A representação será retratável, depois de recebida a denúncia.

44. No que concerne às provas, assinale a assertiva correta:

- a) A confissão do acusado supre a falta do exame de corpo de delito.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, somente quando direto, não podendo supri-lo a confissão do acusado
- c) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, sendo ele direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) O exame de corpo e delito, direto ou indireto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios, exceto quando há confissão do acusado.
- e) Havendo provas documentais e testemunhais que confirmem a autoria e a materialidade do crime, a realização do exame de corpo de delito é dispensável ainda que possível sua realização, sob pena de nulidade do processo.

45. Em matéria de competência penal, é correto afirmar que:

- a) A competência fixada pela circunstância de duas ou mais pessoas serem acusadas pela mesma infração é determinada pela continência.
- b) Tratando-se de competência territorial pelo lugar da infração, em regra, o CPP adotou a teoria da atividade.
- c) Em caso de conexão ou continência, prevalece, no concurso entre jurisdições da mesma categoria, como primeiro critério de preponderância, o do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações.
- d) Nos casos de conexão entre competência de Justiça Estadual e Federal, predomina a competência Estadual na hipótese de processamento e julgamento do crime de sua competência ser o mais grave.
- e) Em nenhuma hipótese a competência será fixada pela residência do réu.

46. Sobre a citação e a intimação é correto afirmar que:

- a) é cabível a citação por edital no processo penal, desde que o oficial de justiça verifique e certifique que o réu se oculta para não ser citado.
- b) considera-se completa a formação do processo quando realizada a citação válida do acusado, que consiste em causa de interrupção da prescrição.
- c) o acusado citado por edital que não comparece nem nomeia defensor, será declarado revel, admitindo-se verdadeiros os fatos articulados na denúncia ou queixa.
- d) o réu será considerado revel se, apesar de pessoalmente citado, deixar de comparecer injustificadamente, sendo que o processo seguirá sem a sua presença e haverá confissão ficta.
- e) não é nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerça a sua jurisdição.

47. Se a prisão em flagrante feita por agente policial não contar com testemunhas da infração, apresentado o preso à Autoridade Policial esta

- a) fará diligências no local dos fatos em busca de testemunhas da infração, antes de lavrar o auto de prisão em flagrante.
- b) não lavrará o auto de prisão em flagrante por falta de testemunhas.
- c) lavrará o auto de prisão em flagrante que será assinado apenas pela própria autoridade, pelo autuado e pelo condutor.
- d) lavrará o auto de prisão em flagrante ouvindo o condutor e colherá as assinaturas de duas pessoas que tenham testemunhado a apresentação do preso à autoridade.
- e) convocará parentes do preso para assinar o auto juntamente com ele.

48. Acerca da prisão preventiva, assinale a opção correta:

- a) Caberá a decretação da prisão preventiva apenas na fase de investigação policial, a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, caberá prisão preventiva independentemente da pena cominada ao delito.
- c) Será admitida a decretação da prisão preventiva, nos termos do art. 313 do Código de Processo Penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 (quatro) anos.
- d) o juiz poderá relaxar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- e) A prisão preventiva pode ser decretada apenas por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal que possuam relação de cautelaridade com o processo penal.

49. No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que
- a) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.
 - b) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.
 - c) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
 - d) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.
 - e) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL (LEGISLAÇÃO E TODAS AS SUAS ALTERAÇÕES)

Antônio Pequeno

50. A lei que dispõe sobre o crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores
- a) adotou o modelo legislativo de segunda geração de combate ao crime de lavagem de dinheiro, visto prever rol taxativo de crimes antecedentes.
 - b) permite ao Juiz reduzir ou deixar de aplicar a pena ao autor que colaborar espontaneamente, prestando esclarecimentos que conduzam à identificação de autores, coautores e partícipes, a qualquer tempo.
 - c) permite à Autoridade Policial e ao Ministério Público o acesso direto a documentos relativos a movimentações bancárias de investigados por crime de lavagem de dinheiro.
 - d) estabelece ser de competência da Justiça Federal a apuração e julgamento do crime de lavagem de dinheiro.
 - e) prevê a modalidade da lavagem de dinheiro culposa.

51. Em busca de proteger os direitos das pessoas do sexo feminino, vítimas de violência física e psicológica no âmbito afetivo, doméstico e familiar, o legislador editou a Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que trouxe uma série de peculiaridades ao procedimento aplicável aos crimes praticados em tal contexto. Sobre as previsões da lei acima mencionada, é correto afirmar que:
- a) o crime de ameaça, apesar de previsto no Código Penal como de ação penal pública condicionada à representação, quando praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independe da vontade da vítima para responsabilização do autor do fato;
 - b) o crime de lesão corporal simples praticado no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, por ter pena privativa de liberdade mínima inferior a 01 (um) ano, admite proposta de suspensão condicional do processo;
 - c) a retratação ao direito de representação, quando cabível, nos crimes praticados no contexto da Lei nº 11.340/06, terá de ocorrer em audiência especial, na presença do magistrado, ouvido o Ministério Público, antes do recebimento da denúncia;
 - d) a pena privativa de liberdade aplicada no caso de condenação por crime de lesão corporal simples, praticado no contexto da Lei nº 11.340/06, poderá ser substituída por restritiva de direitos;
 - e) os crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena aplicada, não admitem suspensão condicional da pena.

52. Diante do constante noticiário jornalístico sobre a aplicabilidade da Lei nº 12.850/13 (Lei de Organização Criminosa), determinado deputado estadual solicita esclarecimentos ao advogado da Assembleia Legislativa sobre as previsões do referido diploma legal.

Sobre a lei mencionada, caberá ao advogado esclarecer que

- a) a legislação brasileira não prevê o conceito de organização criminosa, mas tão só os tratados internacionais, de modo que deve o aplicador da lei buscar o complemento da norma em outros diplomas.
- b) o agente, caso além de praticar o crime de constituir organização criminosa execute outros delitos na condição de membro da organização, responderá apenas pelo primeiro, ficando os demais absorvidos.
- c) aquele que embaraça a investigação penal de infração que envolve organização criminosa também poderá ser responsabilizado, mas com pena em abstrato reduzida pela metade.
- d) o agente incidirá em causa de aumento de pena sobre o delito de constituir organização criminosa se nesta houver participação de funcionário público, desde que a organização se valha dessa condição para praticar a infração penal.
- e) o emprego de arma de fogo pela organização justifica o aumento de pena em até a metade, mas a participação de adolescente não influi na pena do crime de constituir organização criminosa.

53. Em cumprimento de mandado de busca e apreensão no local de trabalho de João, que era um estabelecimento comercial de sua propriedade e de sociedade em que figurava como administrador e principal sócio, foram apreendidas duas armas de fogo, de calibre permitido, com numeração aparente, devidamente municadas. João esclareceu que tinha as armas para defesa pessoal, apesar de não possuir autorização e nem registro das mesmas. Diante disso, foi denunciado pela prática de dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido (art. 14 da Lei nº 10.826/03), em concurso material. No momento de aplicar a sentença, o juiz deverá reconhecer que:

- a) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso material;
- b) ocorreram dois crimes de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03) em concurso formal;
- c) ocorreram dois crimes de porte de arma de fogo de uso permitido em concurso formal;
- d) ocorreu crime único de porte de arma de fogo de uso permitido, afastando-se o concurso de delitos;
- e) ocorreu crime único de posse de arma de fogo de uso permitido (art. 12, Lei nº 10.826/03), afastando-se o concurso de delitos.

54. Em inovação legislativa, a Lei nº 11.343/06, em seu art. 33, §4º, trouxe a figura do tráfico privilegiado, em especial para mitigar a severa punição do tráfico de drogas para o chamado “traficante de primeira viagem”. Sobre as previsões da Lei nº 11.343/06 sobre o tema e de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que:

- a) a condenação por tráfico, ainda que privilegiado e com pena inferior a 4 anos, não permite a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos;
- b) o benefício do tráfico privilegiado poderá ser aplicado ainda que o agente seja, também, condenado pelo crime de associação para o tráfico;
- c) a quantidade de drogas poderá ser considerada no momento da aplicação da pena base, mas não a natureza do material apreendido;
- d) o regime inicial de cumprimento de pena, diante do tráfico privilegiado, deverá ser necessariamente o fechado;
- e) o tráfico privilegiado poderá ser reconhecido mesmo diante da figura do tráfico majorado.

55. Quanto aos crimes de tortura, correto afirmar que
- a) punível aquele que se omite em face da tortura, ainda que sem o dever legal de evitá-la ou apurá-la.
 - b) todos são classificados como próprios, segundo expressa disposição legal.
 - c) o condenado sempre iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
 - d) sujeito à jurisdição penal brasileira o estrangeiro que venha a torturar brasileiro fora do território nacional.
 - e) a condenação acarretará a interdição de cargo, função ou emprego público pelo triplo do prazo da pena aplicada.

CONTABILIDADE

Silvio Sande

56. Assinale a alternativa que não corresponde a um conceito de contabilidade
- a) É uma ciência social que através da execução de serviços técnicos controla, organiza, estuda e avalia o patrimônio de uma entidade (física ou jurídica) permanentemente.
 - b) É um sistema de informação e avaliação que registra os eventos que alteram o patrimônio tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo.
 - c) Registra os atos e fatos administrativos, e produz informações que possibilitem ao administrador planejar e controlar suas ações, para traçar os objetivos da entidade.
 - d) É um sistema de informação e avaliação que registra os eventos que alteram o patrimônio de uma entidade, destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza patrimonial, econômica e financeira.
 - e) É uma ciência social que através da execução de serviços técnicos, controla as ações do executivo e do legislativo.

57. A Cia Santarém obteve em um determinado período uma receita de R\$ 5.000.000,00, sendo que, desse montante, 30% foi recebido em dinheiro, 30% em cheque e o restante foi a prazo. Nesse mesmo período, os custos de mercadoria vendida foram de R\$ 3.000.000,00, dos quais apenas 40% pagos no período e as demais despesas do período foi de R\$ 500.000,00, todas para serem pagas no período seguinte. O resultado do período pelo Regime de Caixa e pelo Regime de Competência é, respectivamente:
- a) Lucro de R\$ 300.000,00 – Lucro de R\$ 280.000,00.
 - b) Lucro de R\$ 1.500.000,00 – Lucro de R\$ 1.800.000,00.
 - c) Lucro de R\$ 1.500.000,00 – Lucro e R\$ 800.000,00.
 - d) Lucro de R\$ 1.800.000,00 – Lucro de R\$ 1.500.000,00.
 - e) Lucro de R\$ 300.000,00 – Lucro de R\$ 1.800.000,00.

Considere as seguintes informações para responder à questão

O Balancete de Verificação da Cia. Marabala em 31/12/2020 apresentava os seguintes saldos nas contas: Caixa \$ 70.000; Fornecedores \$ 80.000; Financiamento \$ 330.000; Máquinas e Equipamentos \$ 200.000; Imóveis \$ 190.000 e Mercadorias \$ 100.000.

58. Diante do exposto, é correto afirmar que o resultado do patrimônio líquido dessa empresa é
- a) R\$ 300.000,00.
 - b) R\$ 450.000,00.
 - c) R\$ 150.000,00.
 - d) R\$ 650.000,00.
 - e) R\$ 50.000,00.

Com base nas informações fornecidas pela contabilidade a seguir, responda a questão.

Vendas Brutas de Mercadorias	100.000,00
Estoque inicial de Mercadorias	40.000,00
Compras Líquidas	20.000,00
Estoque final de mercadorias	20.000,00
Despesas gerais e administrativa	25.000,00
Receitas Financeiras	5.000,00
Despesas Financeiras	3.000,00
Impostos sobre vendas – 17%	17.000,00

59. O lucro bruto corresponde a (R\$):

- a) 17.000,00.
- b) 40.000,00.
- c) 60.000,00.
- d) 43.000,00.
- e) 15.000,00.

60. O prejuízo do exercício, de acordo com a Lei nº 6.404/76, deve ser absorvido na seguinte ordem:

- a) reserva legal, reservas de lucros e lucros acumulados.
- b) reserva legal, reservas de lucros e reserva de capital.
- c) capital social, reservas de capital e reserva legal
- d) lucros acumulados, reserva legal e reservas de lucros
- e) lucros acumulados, reservas de lucros e reserva legal

Preencha o Gabarito

<http://bit.ly/Simulado-PC-PA-Investigador-27-03>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>